

Intervenção sobre "Saúde nas Flores", do Deputado António Maria Gonçalves na sessão legislativa de Abril de 2009.

Senhor Presidente da Assembleia,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente do Governo Regional,
Senhora e Senhores Membros do Governo:

"Haja Saúde!"

Esta é uma das expressões e saudações mais características do nosso povo e que demonstra a importância que as pessoas dão à Saúde, como um dos mais inestimáveis bens que alguém pode ter.

Por isso, é uma das principais preocupações dos cidadãos e deve constituir uma das mais importantes áreas de intervenção das entidades públicas.

Porém, na nossa terra, muito falta fazer para que se possa dizer: "Há Saúde!"

De facto, na nossa Região, como é sentido pelos açorianos, existem inúmeros problemas no acesso a cuidados de saúde. É, muitas vezes, um tormento para um açoriano que

não tenha meios financeiros ou conhecimentos pessoais aceder a um médico, a um tratamento, a um exame ou a uma cirurgia.

Na minha ilha, hoje, ainda é mais doloroso aceder com eficácia ao Serviço Regional de Saúde.

A ilha das Flores, durante décadas, beneficiou de qualificados cuidados de saúde, decorrentes do acordo luso-francês que permitiu que os florentinos fossem dos açorianos com melhores possibilidades de ver tratados os seus problemas.

Contudo, ao contrário do que seria de esperar, uma vez que o que se pretende é a normal e progressiva melhoria das condições de vida das pessoas, hoje, nas Flores, estamos pior, nalguns casos, do que há, por exemplo, vinte anos atrás.

O isolamento que nos marca geograficamente, cada vez mais vai deixando marcas na Saúde dos florentinos, porque não tem sido feito o necessário para atenuar os constrangimentos que caracterizam o sector da Saúde na ilha das Flores.

Senhor Presidente da Assembleia,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente do Governo Regional,
Senhora e Senhores Membros do Governo:

Uma das apostas mais necessárias e objecto de grande propaganda política é a Telemedicina.

Também aqui, os anúncios, as promessas e a propaganda não têm chegado à vida dos florentinos.

Na verdade, o serviço em causa não funciona, apesar do investimento físico com algum equipamento.

De facto, nunca foram efectuados os protocolos com os hospitais centrais da Região conforme previam o Programa eleitoral (cap.6.6, pag.169), o Programa de Governo e o Manifesto eleitoral de 2004 (das Flores, pag.11) do Partido Socialista para a legislatura passada.

Tal serviço apenas funcionou através de um incipiente acordo com o serviço de cardiologia de um Hospital em Vila Nova de Gaia, por insistência e esforço do então Enfermeiro Alberto Marques, ficando comprometido com a saída deste, do Centro de Saúde.

Uma vergonha!

Igualmente vergonhosa e insultuosa para o povo das Flores, foi a “demonstração do funcionamento do Serviço de Telemedicina”, programada para a visita do Governo às Flores (14.5.2008 às 11,30), através de uma encenação protagonizada pelo Presidente do Governo e pelo Secretário dos Assuntos Sociais de então, que não passou de uma sessão de vídeo-conferência para a Televisão filmar e que deverá ter-se repetido pela vogal do Conselho de Administração aquando da apresentação das contas do Centro de Saúde.

A verdade é que não há nenhum serviço de Tele-medicina nas Flores!!!!

Tal serviço a funcionar seria uma mais valia no diagnóstico em muitas áreas clínicas, como é o caso da cardiologia como da ortopedia e outras, e na racionalização de custos e incómodos para os utentes, com deslocações provocadas por problemas que aí surjam.

Tudo é ainda mais grave quando se sabe que tal serviço poderia ser um grande apoio numa ilha que dispõe, apenas,

de três ou quatro médicos e que tem tantas limitações ao nível das especialidades clínicas.

Falamos de três ou quatro médicos porque nunca estão todos ao mesmo tempo na ilha. Há sempre algum que está de atestado médico ou em “assistência à família”, etc, registando-se as honrosas exceções de assiduidade da Dr^a. Emiliana Dias e do Dr. Sidónio.

O último médico a sair terá tomado a decisão de abalar pelo facto da nova vogal do Conselho de Administração se ter recusado a aumentar o seu vencimento sem o devido cabimento orçamental e sem o devido aval da tutela. Se é certo que essa terá sido uma atitude administrativamente correcta e responsável que contrasta com os procedimentos anteriores e que no começo das suas funções nos deixa boas expectativas, a falta dos serviços do Dr. Góis revela-se preocupante pelo tipo de serviço que ele efectuava, designadamente no apoio ao domicílio, na assistência aos lares de idosos e na consulta pelas freguesias. O Abaixo assinado com mais de 600 assinaturas que acaba de dar entrada nesta casa é a prova mais que evidente como os florentinos sentem neste momento a falta de médicos nas Flores.

Há efectivamente falta de médicos nas Flores!

Sabemos todos das dificuldades em fixar médicos nas Flores e noutras ilhas mais pequenas, por isso, mesmo, é necessário rever e aumentar os incentivos que tornem mais aliciantes a sua permanência nestas ilhas.

É esta a dura realidade que vivem as pessoas, ao contrário da visão cor-de-rosa de alguns e das afirmações laudatórias proferidas nesta casa à situação da saúde na... e à abundância dos 5 médicos que por pouco tempo permaneceram ao serviço dos utentes do Serviço Regional de Saúde na Ilha das Flores.

Se é certo que raramente os 5 se encontraram nas Flores ao mesmo tempo, o mais certo é que, infelizmente, em Abril de 2009 estão apenas 3.

Por outro lado, na sede de concelho e vila das Lajes, naquele lugar a que alguém já chama "Posto de Saúde", durante o mês de Abril, apenas lá esteve um médico, num único período de consultas.

Em Março teriam sido 2 vezes.

Nesse serviço, que supostamente já tem honras de “Posto de Saúde” (assim chamado pelo Senhor Deputado do Partido do Governo no último Plenário) há um enfermeiro que, todos os dias, lá vai ver quem está à espera, saindo logo depois para as outras freguesias.

É o que há nesse dito “Posto de Saúde”. Nada mais!

As pessoas das Lajes, todos os dias, depois das 10 horas e pouco da manhã, se precisarem de um cuidado por mais pequeno que seja, terão de percorrer 18 km e ir à urgência do Centro de Saúde em Santa Cruz.

No Centro de Saúde concentram-se todas as valências de saúde pública: vacinação, medicina desportiva, materno-infantil, planeamento familiar, colheitas de sangue e análises clínicas, serviço de Radiologia, consulta de odontologia, etc., etc., sem haver qualquer preocupação em promover a necessária descentralização que verdadeiramente beneficiaria as pessoas, sobretudo, os mais idosos e idosas de uma das vilas e das freguesias próximas que poderiam evitar o incómodo e a despesa das respectivas deslocações.

Pelo que se vê, uma política de descentralização que vise o conforto e a redução de custos para os utentes do Serviço Regional de Saúde é coisa que não se pratica nas Flores.

Somos cada vez menos nas Flores, mas continuam a ser muitos em lista de espera, havendo grande necessidade de consultas das especialidades de Oftalmologia, Pediatria, Neurologia, Neurocirurgia e Ortopedia.

Pelos vistos, vai ser preciso o PSD chegar ao Governo para a ilha das Flores e as outras com os mesmos problemas terem direito a quotas nos hospitais centrais que dêem lugar às carências dos doentes das Flores e dessas ilhas relativamente a certas especialidades, para que não fiquem 2 anos a aguardar como está acontecendo, por exemplo, com uma simples consulta de oftalmologia.

Serão lamúrias de um deputado de oposição ou serão verdades tristes sentidas por muitos e muitos dos açorianos daquela ilha no extremo do arquipélago, contadas por alguém que lamenta que a Saúde da sua ilha esteja neste estado.

Infelizmente, há mais verdades para contar!

Foi, finalmente, instalado o aparelho de imagiologia (RX digital), pelo qual se esperou anos após repetidas promessas.

Foi instalado no mês passado, tem 4 semanas de vida e três de doença, pois, durante três semanas estive à espera de um técnico para lhe acudir já nas primeiras avarias.

Naturalmente, vai precisar de assistência como todos os aparelhos sofisticados necessitam, mas sempre que precisar vai esperar semanas por essa mesma assistência.

Acerca deste aparelho, recordo um dos requerimentos que fiz sobre a sua aquisição, apresentado a 17 de Fevereiro de 2006, e em cuja resposta era informado que o mesmo seria adquirido e montado até finais de Junho de 2006.

Levou mais 3 anos a chegar. Sim, mais três, pois ele já há alguns que tinha sido prometido.

É essa a prontidão e prioridade que os florentinos merecem dos seus governantes para a resolução dos seus problemas de saúde!!!

É assim que se trata da saúde daquela Ilha chamada de “coesão”.

E o que tem sido feito ao nível da Medicina preventiva?
Quando e que rastreios têm sido realizados?

A este nível, e sabendo-se que grande parte dos problemas de saúde dos florentinos são do foro cardio-vascular, com uma taxa acentuada de diabéticos e hipertensos, o que deixa supor que os mesmos tem origem em maus hábitos tradicionais de alimentação, o que está feito ou sequer programado na prevenção destas doenças com a fixação de especialistas, no caso, nutricionistas e dietistas e de um serviço de saúde pública que corrija essa predisposição?

A realidade é que falta ser estruturado um serviço de saúde pública nas Flores e, para isso, são precisos mais médicos na ilha!

É isto que, infelizmente, sentem os florentinos e vão sendo sucessivos os casos de problemas para aqueles que tiveram o acaso de viver naquela ilha.

Para que não restem quaisquer dúvidas sobre o que foi dito e para que não voltem a suceder situações lamentáveis

como aquelas que têm vivido muitos habitantes das Flores, trago ao conhecimento desta Assembleia e do Governo Regional uma situação concreta que reflecte de forma clara aquilo que descrevi.

No passado dia 18 de Janeiro, uma cidadã das Flores sofreu um Acidente cardio-vascular (AVC), entrando no Centro de Saúde às 12.30.

No dia seguinte, o filho dirige-se àquele estabelecimento de saúde e encontra a mãe em agonia, sendo amável e rigorosamente informado pelo médico de serviço que se encontrava em pré-coma, estando a ser preparada a respectiva evacuação da senhora.

Como é normal em tais situações a doente seria acompanhada por um familiar.

No entanto, meia hora depois desta informação, a doente já não poderia ter o acompanhamento de familiar, por instruções do médico do Centro de Evacuações na Terceira, que decidiu que teria de ir na mesma "evacuação" uma outra utente que já estaria para ir no dia seguinte num voo normal da Sata.

Entretanto e à distância, o referido médico do Centro de Evacuações na Terceira, informou o médico das Flores que a situação da referida doente era grave e que ela poderia não “aguentar” a viagem, ameaçando o médico neurologista em Angra do Heroísmo, que estava acompanhando a situação pelo telefone, de que avançaria com um processo contra ele por ele estar, alegadamente, “pondo o avião em risco”.

Perante a situação, o filho da doente em causa contacta o Deputado do Partido do Governo que dá ordens à Vogal do Conselho de Administração e, daí a pouco, é dada a informação que a senhora voltaria a ser acompanhada por um familiar, pois que não poderia morrer sem família durante a viagem.

A evacuação realizou-se às 22.30 do dia 19 de Janeiro, num helicóptero da Força Aérea Portuguesa.

Como se não bastasse este desrespeito pela doente no seu direito e necessidade de ser acompanhada por um familiar num momento de tal gravidade, verificou-se que no trajecto do Aeroporto das Lajes até ao Hospital de Angra do Heroísmo, a doente, então em risco de vida, foi acompanhada apenas por um enfermeiro sem a presença

do referido médico do Centro de Evacuações da Terceira que, conjuntamente com o enfermeiro, fazia parte da equipa médica que assistiu a essa evacuação.

Este é mais um exemplo dos problemas que o isolamento nos traz e do deficiente tratamento que é dado aos habitantes da ponta ocidental dos Açores. É apenas um de muitos exemplos de como funcionam alguns serviços públicos, onde as influências partidárias se sobrepõem às decisões técnicas.

É preciso, Senhor Secretário averiguar como está sendo posto em prática a regulamentação que assiste aos actos de evacuações em situações de urgência, nas ilhas pequenas. É preciso verificar os critérios e saber quem detém de facto o poder decisório, determinante da evacuação propriamente dita.

Afinal, todos temos os mesmos direitos.

A vida, toda ela, deve ser respeitada como a riqueza suprema dos homens.

A Saúde deve ser tratada com o cuidado, o sentido de responsabilidade e a dignidade que todos sem excepção merecem.

Não é por sermos poucos, por vivermos num local distante ou por sermos mais idosos ou termos mais ou menos tempo de vida que podemos ver diminuídos ou afectados os nossos direitos como pessoas.

Disse.

Horta, 21 de Abril de 2009